



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX

Marcus Vinicius de Freitas Rosa*

“E lá tem negros?” É o que deve estar se perguntando o leitor depois de passar os olhos sobre o título aí acima. “Como assim? Uma Colônia Africana em Porto Alegre? Negros na capital do Rio Grande do Sul?” Certamente não causaria estranhamento algum se o título referisse apenas a presença de imigrantes italianos e alemães naquelas bandas do Brasil; afinal, brasileiros do Oiapoque ao Chuí aprenderam na escola (e através do senso comum) a estabelecer uma forte associação entre o Rio Grande do Sul e a presença europeia. Essa imagem de região “embranquecida” e “europeizada” é reforçada anualmente através de jornais e reportagens dedicados a noticiar para todo o país o “rigoroso inverno” e as ocasionais “nevascas” sulinas. Retratado dessa forma, o Rio Grande do Sul – europeu, frio e distante – surge e ressurge sempre como um forte contraponto à imagem de um Brasil tropical e “mestiço”. Conclusão: não existem negros no sul. Não é difícil perceber que a referida combinação entre clima frio e imigração europeia acabam atuando, ainda hoje, de acordo com uma velha ideologia de branqueamento ancorada na idéia de formar uma “Europa nos trópicos”. Essa ideologia parece demonstrar sua persistência através dos meios de comunicação de massa, e uma de suas principais consequências é dar continuidade à invisibilidade dos negros no Brasil meridional.

Por outro lado, seria possível demonstrar o contrário, documentando a antiga presença negra nessa região, principalmente se forem demonstrados dados sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Segundo o censo de 1872, a província contava com um total de 430.878 habitantes; 364.002 eram livres; 66.876, cativos. Entretanto, Graciano Azambuja, estatístico que compilou esses dados no Anuário da Província, argumentou que a quantidade de escravos era maior, pois o número de matrículas até 30 de setembro de 1873 denunciou a existência de 98.378 cativos. A população branca chegava a 255.952, enquanto pretos e pardos somavam 149.270 pessoas. Em 1883, havia no Rio Grande do Sul 26.633 filhos de mãe escrava, nascidos livres em virtude da lei de 28 de

* Bolsista do CNPq, doutorando em História Social da Cultura pela UNICAMP/CECULT, sob orientação da Prof. Drª Maria Clementina Pereira Cunha. E-mail para contato: marcuviniu@gmail.com



setembro de 1871.¹ Portanto, entre 1872 e 1873, é possível que mais de 22% da população total fosse representada por escravos; além disso, aquele mesmo censo registrou que mais de 34% dos habitantes da província eram pretos e pardos.

Vale a pena ressaltar que esses números foram referidos no Anuário da Província para o ano de 1885. Três anos depois, o Anuário reproduziu exatamente os mesmos dados demográficos daquele ano, mas com uma diferença: omitiu os índices sobre cor entre a população gaúcha. Os números sobre a imigração européia, entretanto, estão presentes.² Em 1888, o estatístico Graciano Azambuja anunciou a abolição do escravismo no Brasil, não sem lamentar o que ele julgou ser o “enorme sacrifício que resultou para os possuidores de escravos”; em seguida, ofereceu dados sobre a população cativa por província em 1887; mais adiante, debruçou-se longa e detalhadamente sobre os índices da imigração no Brasil: referiu os números de imigrantes chegados entre 1878 e 1887, sua divisão por nacionalidade e sua distribuição pelas províncias; as entradas de estrangeiros no Rio Grande do Sul, sua divisão etária, por sexo e por cidade também foram mencionadas.³ Entre as páginas do Anuário editado por Azambuja, à medida que findava o século XIX, percebe-se certa tendência a registrar com maior riqueza de detalhes os números relativos à importação de estrangeiros. Esse processo que originava a invisibilidade negra teve lá as suas continuidades.

O silenciamento evidenciado nos referidos dados estatísticos, produzidos durante os últimos anos oitocentistas, encontra de algum modo certos desdobramentos na historiografia produzida muito tempo depois. Não é difícil perceber que imigração, abolição, invisibilidade negra e “formação” do mercado de trabalho livre são temas indissociáveis. Chamando atenção para o fato de que ao deixar de ser escravos os negros não deixaram de ser trabalhadores, Sílvia Hunold Lara analisou a bibliografia referente à história social do trabalho e o seu respectivo “vazio historiográfico” a respeito dos negros no período pós-abolição, concluindo que “diante dos números impressionantes do contingente imigrante e da ausência de dados censitários sobre os negros, o silêncio parecia explicar-se por si mesmo”.⁴ Ao que parece, o vazio historiográfico identificado por Sílvia Lara converge com a invisibilidade dos negros no Rio Grande do Sul, identificada por Ieda

¹ AZAMBUJA, Graciano. *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1885*. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia. Livresiros, 1884. p. 231-233.

² Idem, *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1888*. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia. Livresiros, 1887. p. 199-202.

³ Idem, *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1889*. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia. Livresiros, 1888. p. 161; p. 206-208.

⁴ LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. Projeto História*, São Paulo, (16), fevereiro, 1998. p. 33.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Gutfreind e Ruben Oliven.⁵ Além disso, pode-se dizer que tanto em fontes do século XIX quanto na bibliografia especializada, é possível identificar um deslocamento de foco, que partiu dos negros e chegou aos imigrantes.⁶

Em Porto Alegre, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, os negros estavam fortemente associados a dois espaços da cidade, conhecidos como Colônia Africana e Cidade Baixa. De um modo geral, estes locais ficaram conhecidos pela falta de melhorias urbanas e principalmente por concentrar os pobres e os negros. Embora não existam dados demográficos específicos sobre a cor da população daquelas duas regiões, ainda que a densidade populacional negra fosse bastante elevada, lá também havia indivíduos cuja cor da pele tinha os mais diversos matizes. A presença de imigrantes europeus que ao lado de ex-cativos compartilhavam as condições de pobreza na Cidade Baixa e na Colônia Africana tornam estes dois locais um objeto privilegiado para a análise das formas de coexistência, aproximações e conflitos praticados cotidianamente por gente classificada como preta, mas também como parda, mulata, indiática e branca, além das designações como brasileiros, africanos, italianos, alemães e portugueses.⁷ Este artigo faz parte de uma pesquisa bem mais ampla, ainda em andamento, sobre aquelas duas regiões de Porto Alegre. Por apresentar resultados ainda parciais, a Colônia Africana foi escolhida aqui como principal foco de análise.

De acordo com o advogado, desembargador e pesquisador Sérgio da Costa Franco, a Colônia Africana foi um território onde, por volta da época da abolição, estabeleceram-se diversas famílias de ex-cativos, constituindo uma região “em que se aglomeravam negros”. Ela se estendia sobre uma parte dos atuais bairros Rio Branco, Bom Fim e Mont Serrat, sem coincidir exatamente com eles. Por volta de 1918, conforme as palavras de Franco, a “primitiva denominação” da Colônia Africana estava “sob censura social, tendente a melhorar sua antiga imagem”. Sérgio da Costa Franco oferece ainda uma visão nada imparcial sobre uma rua daquela região: superadas as

⁵ Ver: GUTFREIND, Ieda. “O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, XVI (1,2), jul. e dez., 1990, pp. 178-187; OLIVEN, Ruben. “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp. 13-32.

⁶ Na mesma direção, um outro estudo ressalta o fato de que os negros foram mais estudados no período pré-1888 e, portanto, como escravos; depois disso, a historiografia deslocou o foco para os grupos de imigrantes, suas experiências de trabalho e suas organizações político-sindicais. Ver: ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

⁷ Sobre a diversidade étnico-racial dos habitantes e frequentadores da Cidade Baixa, ver: Ver: Fundo Polícia. Registro de Averiguações da Delegacia Judiciária do 2º Distrito. Período: 1910-1915. Código: 39; Registros de diversos delitos da Delegacia de Polícia do 2º Distrito. Período: 1910-1912. Código: 44; Registro de Relatórios de 2º Distrito Judiciário. Período: 1915-1917. Código: 149. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; sobre coexistência de negros, brancos, nacionais e imigrantes na Colônia Africana, ver: Livro de Porta nº 1 da Santa Casa de Misericórdia – (01.01.1899-28.03.1900). Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.



5^o Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

“características primitivas” da antiga Colônia Africana, a Rua Casemiro de Abreu se tornou “uma das mais importantes do bairro, com o desenvolvimento de quase dois quilômetros e bom padrão de construções”.⁸ Como se pode perceber, Franco estabeleceu uma distinção entre dois momentos da Colônia Africana: o “passado primitivo” foi superado pela posterior “urbanização”.

Já para o escritor, jornalista, advogado e ex-vereador Ary Veiga Sanhudo, a Colônia Africana “era um lugar perigoso e infestado de desordeiros”; em suma: “era simplesmente primitivo”, “um lugar de meter medo! [...] porque, de noite, a região era domínio indiscutido da alta malandragem”. A referida região, entretanto, teria deixado de apresentar esta “má imagem”. Nesse sentido, Sanhudo ressaltou que a Colônia Africana tornou-se “o miolo do moderno bairro Rio Branco”. A região teria trocado de nome devido à penetração da “laboriosa coletividade israelita em seu território”. Por esse motivo, concluiu ele, o local que antes “era um lugar perigoso e infestado de desordeiros” passou a apresentar “bom aspecto”, tornando-se “um bairro moderno e urbanizado”.⁹

Franco e Sanhudo manifestam pontos de vista convergentes. Eles estabelecem a mesma oposição entre “dois tempos” da Colônia Africana. Primeiro, ela seria habitada por moradores negros e pobres, constituindo um lugar “primitivo”. Depois, tornar-se-ia um “bairro moderno e urbanizado”, uma região com “bom aspecto”. Com base nessas fontes, a Colônia Africana e os bairros sobre os quais ela se estendia teriam sido habitados *inicialmente* por negros e *posteriormente* por imigrantes – especialmente os judeus. Os registros de Sérgio da Costa Franco e as crônicas de Ary Veiga Sanhudo constituem fontes que frequentemente tem servido para identificar os locais de moradia dos negros em Porto Alegre. Porém, essas mesmas fontes comportam uma idéia de “transição racial”: de acordo com elas, os negros *sairam* à medida que os imigrantes *chegaram*. Em ambos os casos, o termo ausente é o mesmo: coexistência.

Não é somente nessas fontes que a simultaneidade e a proximidade entre negros e brancos desaparece da história. Como bem apontou Ruben Oliven, a imagem de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul no Brasil foi (e continua sendo) caracterizada pela ênfase na contribuição cultural, política e econômica dos imigrantes europeus – principalmente italianos e alemães –, o que determinou a concepção de um estado mais “branco” e menos “miscigenado”. Tal processo teve como uma de suas conseqüências a invisibilidade social e simbólica da presença negra no estado.¹⁰

⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 102; p. 114; p. 344-345.

⁹ SANHUDO, Ary Veiga. *Crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 113-114.

¹⁰ Ver: OLIVEN, Ruben. Op. Cit.; GUTFREIND, Ieda, Op. Cit.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

De um lado, as pesquisas sobre imigração no Rio Grande do Sul tendem a focar quase exclusivamente as trajetórias e experiências de europeus nas “colônias” de imigrantes alemães, italianos, poloneses e judeus fixadas em regiões rurais;¹¹ de outro, os estudos sobre a população negra na capital porto-alegrense tendem a iluminar experiências e formas de sociabilidade enquadradas no que se convencionou chamar de *territórios negros*, expressão conceitual largamente difundida nestes estudos que também se caracterizam pela forte ênfase dada ao imaginário e às representações construídas por jornalistas e cronistas acerca dos espaços de moradia da população de pele escura.¹² Tais pesquisas revelam certa desatenção à coexistência e às relações entre negros e brancos, motivo pelo qual acabam assumindo um aspecto quase etnocêntrico: os deslocamentos e as diversas formas de interação cotidiana estabelecidas por esses grupos para além dos seus próprios limites étnicos permanecem pouco estudados. Estas abordagens parecem estar baseadas em uma espécie de distribuição étnica do espaço, seja no campo ou na cidade: italianos e alemães do mundo rural, vivendo na órbita de suas colônias, parecem não ter interagido com os negros; estes, por sua vez, vivendo em “territórios”, parecem não ter coexistido com outros grupos étnicos *naqueles* mesmos espaços.

Justiça seja feita, é preciso ressaltar que alguns dos mesmos estudos que constataram a elevada densidade populacional negra em certas regiões de Porto Alegre realizaram apontamentos sobre a coexistência racial. Eduardo Kersting afirmou que, apesar de uma maioria negra, não eram somente pessoas de pele escura que residiam na Colônia Africana – embora ele próprio tenha enfatizado essa presença. Naquela região da cidade, afirmou Kersting, “ambos os grupos – negros e brancos” assemelhavam-se “pelas mesmas condições de vida”, e seus moradores compartilhavam “as mesmas profissões subalternas ou pouco qualificadas”.¹³ Indícios de coexistência étnico-racial também são encontrados em outro espaço de Porto Alegre associado à presença negra. Jane Mattos

¹¹ Citar, estudos sobre imigração:

¹² Ver: GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1999; KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 1998; MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2000; SILVA, Josiane Abrunhosa da. *Bambas da Orgia: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1993; BITTENCOURT Jr., Iosvaldir Carvalho. *Relógios da Noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1995.

¹³ KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 1998. p. 11; p. 133-134.



identificou nomes de origem italiana nos títulos de estabelecimentos comerciais da Cidade Baixa – indicando que não eram apenas pessoas de pele escura que moravam ou circulavam na região.¹⁴

O processo de distribuição étnica do espaço urbano nas capitais brasileiras, antes e depois de 1888, ainda precisa ser melhor estudado e debatido. A movimentação de pessoas na urbe porto-alegrense entre o final do XIX e o início do XX era bastante complexa, e provavelmente muito mais caótica do os pesquisadores têm suposto. Refletindo sobre a região do cais e sua “multidão anônima”, Paulo Moreira chamou atenção para os inúmeros embarcações que viviam pelas ruelas da cidade, bem como para aqueles que apenas cruzavam o espaço urbano, às vezes apenas pernoitando em Porto Alegre, e que costumavam usar as rotas fluviais como via principal de acesso e ocupação profissional.¹⁵ Outros ingredientes seriam igualmente capazes de oferecer uma idéia do quanto era amplo e complexo o deslocamento de pessoas pelo Rio Grande do Sul durante as últimas décadas do século XIX: entrada em massa de europeus na província, imigrantes que insistiam em não permanecer nas unidades rurais para as quais foram enviados, desagregação das relações servis e ampliação da mobilidade social dos ex-cativos. Nada disso parece ser muito compatível com a imagem de populações organizadas etnicamente em “gavetas” bem compartimentadas e bem localizadas em espaços restritos da cidade. Se isso aconteceu no caso da Colônia Africana, o historiador que se aventurar a estudá-la não deverá fechar os olhos para a variedade étnico-racial da região.

As principais fontes analisadas aqui são ocorrências policiais. Na falta de referências à cor da pele, foi dada atenção aos sobrenomes dos indivíduos; em particular, referências aos sobrenomes aparentemente “estrangeiros” que poderiam sugerir uma possível ascendência europeia e indicar, talvez, a cor clara da pele. Nas vezes em que isto ocorreu, apenas foram sugeridas hipóteses interpretativas, que obviamente podem apresentar erros. Ao longo da narrativa, serão feitas referências a vários outros espaços da cidade além da Colônia Africana. Em todos os casos, o fio condutor foi dado pelas múltiplas relações estabelecidas entre negros e brancos, nacionais e imigrantes, que compartilhavam a experiência de residir nas mesmas regiões pobres de Porto Alegre. Ressaltar a proximidade entre eles foi um objetivo constante; ao mesmo tempo, tentou-se iluminar diferentes aspectos da vida cotidiana, incluindo as relações entre os moradores e a

¹⁴ MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2000. p. 33-34.

¹⁵ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt Moreira. *Entre o deboche e a rapina. Os cenários sociais da criminalidade em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. p. 186.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

delegacia do Terceiro Distrito, órgão responsável por “manter a ordem” na Colônia Africana e em outros bairros.

Em 1899, na Rua Casemiro de Abreu, nº 15, morava Manuel Sampaio Ribeiro, 68 anos, preto, classificado simplesmente como “trabalhador”, filiação não declarada, natural da África.¹⁶ O local habitado por Manuel não lhe pertencia, pois era propriedade de Joaquina Antônio Padilha, à qual também pertenciam outros 5 números naquela mesma rua.¹⁷ No mesmo ano, por ordem do subintendente do 3º Distrito de Porto Alegre, foi recolhido ao necrotério da Santa Casa o cadáver de Maria Ulina Lucas, 20 anos de idade, solteira, preta, falecida sem assistência médica, moradora da Rua Castro Alves, nº 14.¹⁸ Conforme registro do funcionário municipal responsável pela coleta de impostos prediais no ano de 1899, o nº 14 da Rua Castro Alves era um cortiço, pertencente a Luiz Frederico Homero.¹⁹ Muito provavelmente a preta Maria Lucas e o africano Manuel Ribeiro pagavam aluguel, já que moravam em locais que não lhes pertenciam. Os dois endereços estavam localizados na Colônia Africana e estão associados à oferta de habitações a quem pudesse por elas pagar; não há razões para se pensar que as moradias da região fossem procuradas e ocupadas somente por negros, ainda que isso pudesse acontecer em diversos casos.

Por requisição de um dos médicos da assistência pública, foi recolhido ao necrotério da Santa Casa de Misericórdia o cadáver de Marcellina Keler, 2 anos de idade, branca, italiana, filha de Liberato Keler. A pequena Marcellina faleceu por motivo não revelado, no dia 21 de fevereiro de 1899, às 11 horas da manhã, na Colônia Africana.²⁰ Nascida no “velho continente”, a pequena foi sepultada em terras meridionais do “novo mundo” aos dois anos de vida; a pouca idade e a nacionalidade da menina sugerem que ela possivelmente pertencia a uma família de imigrantes recém chegados ao Brasil. Não se sabe há quanto tempo estava em terra firme, nem por qual motivo Marcellina morreu, mas é provável que na travessia atlântica, em navios abarrotados de trabalhadores europeus, as crianças fossem o alvo mais sensível às doenças e à morte.²¹

Naquele mesmo ano, com a finalidade de tratar enfermidades e evitar o mesmo destino tido por Marcellina, muitas outras pessoas recorreram à Santa Casa de Misericórdia: João Congo, preto,

¹⁶ Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. 1899-1900.

¹⁷ Registro de Imposto Predial Urbano, Livro Nº 35, Ano 1899. p. 36.

¹⁸ *A Gazetinha*, 10.05.1899, p. 02.

¹⁹ Registro de Imposto Predial Urbano, Livro Nº 35, Ano 1899. p. 09.

²⁰ *A Gazetinha*, 22.02.1899, p. 02.

²¹ Nesse sentido, por exemplo, ver: BUSATTA, Félix Fortunato; MATTIELLO, Cyrillo. *Um pioneiro em novas colônias italianas: imigrante Mateus Dal Pozzo*. Porto Alegre: Sulina, 1976. p. 24.



5^o Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

100 anos de idade, de filiação ignorada, natural da África, sem profissão declarada; Luiz Itaperuna, 38 anos, preto, carroceiro, filho de João Congo; Maria Jacinta do Espírito Santo, cor morena, 32 anos, portuguesa, engomadeira, viúva; Felipe Geraldo, 23 anos, cor morena, natural do Uruguai.²² Diferentes tons de pele e nacionalidades, distintas ocupações e talvez até sotaques diversos; ainda assim, estas pessoas tinham algo em comum: todas elas compartilhavam a experiência de habitar a Colônia Africana. Mas, afinal, como é que gente tão diferente em termos nacionais e raciais, mas bem parecida no que dizia respeito à baixa condição social, acabava compartilhando os mesmos locais de moradia? Um passeio por diferentes fontes, do século XIX ao XX, incluindo até mesmo textos literários, pode ajudar a iluminar esta questão, aparentemente tão difícil de resolver.

Escravos, operários, capoeiras, lavadeiras e trabalhadores em geral, eis os protagonistas da obra *O cortiço*, escrita por Aluísio Azevedo no contexto da segunda metade do século XIX. Entre as páginas do livro, assim como na sociedade brasileira daquele mesmo período, coexistiam e interagiam imigrantes europeus e brasileiros, pobres e ricos, negros, brancos, mulatos e outros, cuja tonalidade da pele certamente seria difícil de classificar. Nas linhas escritas por Aluísio, eles figuram organizados em função de um miserável cortiço. As páginas da obra narram, além de diversas histórias individuais, a migração do casal de trabalhadores formado por Piedade e Jerônimo, que deixaram as terras lusitanas em busca das paragens tropicais. A respeito destes dois, assim nos informou Aluísio:

“Jerônimo viera da terra, com a mulher e uma filhinha ainda pequena, tentar a vida no Brasil, na qualidade de colono de um fazendeiro, em cuja fazenda morejou durante dois anos, sem nunca levantar a cabeça, e de onde afinal se retirou de mãos vazias e uma grande birra pela lavoura brasileira. Para continuar a servir na roça tinha que sujeitar-se a emparelhar com os negros escravos e viver com eles no mesmo meio degradante, encurralado como uma besta, sem aspirações, nem futuro, trabalhando eternamente para outro”.²³

Por entre as linhas de *O cortiço* há espaço tanto para brasileiros quanto para estrangeiros que permaneceram em condições sociais precárias. Neste sentido, o caso de Jerônimo é bastante significativo, por se tratar de um imigrante luso que foi trabalhar em uma propriedade rural ainda em tempos de escravidão. Depois de abandonar o campo, a família de Jerônimo se deslocou para o Rio de Janeiro e foi habitar o famigerado cortiço, onde permaneceram convivendo não somente com negros, mas também com mulatos, judeus, italianos e outros portugueses.

Fora do Rio de Janeiro, e muitos anos depois, já na Porto Alegre do século XX, novamente a literatura serviu como um instrumento capaz de oferecer ilustrações sobre a trajetória de famílias imigrantes e a coexistência entre estrangeiros e brasileiros. De modo bastante semelhante à história

²² Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. 1899-1900.

²³ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 53.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

inventada por Aluísio de Azevedo a respeito do português Jerônimo, o escritor Moacyr Scliar, na obra *A Guerra no Bom Fim*, escreveu sobre uma família de imigrantes judeus que deixou para trás uma colônia judaica do interior do Rio Grande do Sul e foi morar em Porto Alegre:

“Leão, pai de Samuel, ganhou uma gleba na colônia de Filipson e lá construiu uma casa. Não foram felizes aqueles pioneiros. Leão era alfaiate; sabia manejar agulha e linha, não a enxada. Ia derrubar árvore – a árvore caía em cima dele. Botava fogo no mato – e quase queimava a própria casa. Nada dava certo. Os gafanhotos devoraram a primeira colheita, sua mulher foi picada por cobra, o filho mais velho teve apendicite e morreu. Leão começou a beber. A família deixou a colônia e veio de trem para Porto Alegre”.²⁴

Como se pode perceber, a literatura pode ajudar a multiplicar hipóteses interpretativas sobre processos históricos. Seria significativo ressaltar que Moacyr Scliar era de origem judaica e nasceu em Porto Alegre, no Bom Fim, bairro “dos judeus”. Muito provavelmente, em várias páginas do romance, o autor compilou histórias familiares e inventou outras, que tiveram como inspiração inicial a trajetória de famílias imigrantes. Para além das páginas literárias, mas em convergência com elas, conforme indicam diferentes relatos, muitas famílias judaicas passaram pela experiência de abandonar a Colônia Filipson, que existia “de verdade”, e fixar moradia em Porto Alegre.²⁵

Em outro trecho, o autor forneceu imagens sobre o Bom Fim “dos judeus” cujos limites se sobrepunham e se confundiam com a Colônia Africana “dos negros”:

“[...] a hora era de calma no Bom Fim. Os grandes negros da Colônia Africana ainda dormiam, ressonando forte e cheirando a cachaça. Três mulatas dormiam dilatando as narinas com volúpia. As gordas avós judias dormiam, os pálidos judeuzinhos dormiam, de boca aberta e respiração ruidosa por causa das adenóides. As mães judias dormiam seu sono leve e intranquilo. Os pais judeus dormiam; logo acordariam e iriam, bocejando, acender os fogões de lenha, tossindo e lacrimejando quando as achas úmidas começassem a desprender fumaça”.²⁶

O trecho é uma narrativa a respeito de algo corriqueiro, cotidiano mesmo; o amanhecer se abatia tanto sobre os negros quanto sobre os judeus que habitavam a mesma região do Terceiro Distrito; trata-se de uma imagem que se diferencia de muitas outras fontes frequentemente utilizadas para escrever a história de Porto Alegre e da Colônia Africana, pois indica proximidade entre negros e judeus. Mas não convém ao historiador aceitar totalmente a “calmaria” daquele amanhecer. A trajetória dos imigrantes até se fixarem em Porto Alegre não era nada tranqüila, assim

²⁴ SCLIAR, Moacyr. *A Guerra no Bom Fim*. Porto Alegre: L&PM, 2004. p. 11-12.

²⁵ O médico Moisés Eizirik compilou diversos relatos de moradores judeus do Bom Fim, entre os quais há várias referências à Colônia Filipson, formada por judeus; tais narrativas indicam trajetórias familiares semelhantes: a vida nas colônias; depois, a migração das colônias para as cidades; ver: EIZIRIK, Moisés. *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984. Sobre um relato de judeu que morava na Colônia Africana, ver especialmente “Relato de um livreiro”, p. 149-151; ver também: Idem, *Imigrantes judeus. Relatos, crônicas e perfis*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana; Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1986.

²⁶ Idem, p. 06-07.



como não eram nada harmoniosas as experiências que, de alguma forma, envolviam a moradia e o compartilhamento do espaço.

Grosso modo, seria possível sintetizar o longo caminho percorrido por imigrantes depois que desembarcavam dos navios. No Brasil oitocentista, a importação de trabalhadores europeus contou com o aval dos poderes públicos, fosse durante o Império ou durante a República. Particularmente nas décadas finais do século XIX, temas como imigração, colonização e abolição foram objeto de debate e reflexão no parlamento gaúcho e nas páginas dos jornais porto-alegrenses. Era preciso definir, afinal, o que fazer com cativos emancipados e imigrantes recém chegados.²⁷ Embora, de um lado, a ocupação de terras “vazias” em regiões de fronteira ou no interior do estado e, de outro, o branqueamento populacional possam parecer processos distintos, ambos dependiam do mesmo requisito: a imigração européia. Durante a segunda metade do século XIX, em um contexto de implementação de leis emancipacionistas no qual a abolição era desejada por uns; temida por outros e cada vez mais previsível para todos, a política imperial de ocupação das terras “vazias” no Rio Grande do Sul se deu através da imigração européia, não através da criação de “colônias negras”. Em suma: a distribuição da terra era mais um lugar de construção de desigualdades raciais. Essa forma de ocupação do mundo rural, entretanto, tinha lá os seus desdobramentos no mundo urbano, especialmente nos muitos casos de imigrantes que, contrariando as expectativas e intenções dos poderes públicos, não permaneciam nas colônias e se deslocavam para as cidades. Isto acontecia no século XIX, aconteceu também no XX. Em março de 1915, um morador da Colônia Africana foi ao posto policial prestar queixa contra um “companheiro” seu, igualmente residente naquele bairro; ambos eram provenientes “das colônias” de imigrantes situadas no interior do estado, mas acabaram brigando quando chegaram em Porto Alegre.²⁸ Migrações como esta eram motivadas por diferentes fatores, como as péssimas condições de recepção e de alojamento oferecidos aos imigrantes; a demora na demarcação e distribuição dos lotes; a longa distância e as péssimas estradas entre as colônias, as cidades e os portos; a falta de infraestrutura das colônias, especialmente para atender os doentes; a inabilidade de muitos colonos em lidar com o trabalho agrícola, muito provavelmente

²⁷ Este trecho da pesquisa, referente aos debates políticos que vinculavam imigração, colonização e abolição, ainda está em andamento. Por enquanto, vale ressaltar, por exemplo, o debate travado entre 1884 e 1888 pelos jornais *A Federação* (de propaganda republicana) e *O Conservador* (que se colocava ao lado do Império) diante de temas como imigração e abolição. Sobre o mesmo debate, ver também: PICCOLO, Helga. “Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX”. In: Anais da VIII Reunião da SBPH. São Paulo: SBPH, 1989. pp. 53-62; Idem. “A imigração estrangeira na visão de um republicano na década de 70 do século XIX”. In: Anais da XXII Reunião da SBPH. Curitiba: SBPH, 2003. p. 279-284.

²⁸ Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 1, de 01.01.1915 a 07.02.1916, p. 57.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

porque na Europa muitos deles já haviam adotado modos de vida e ofícios urbanos.²⁹ Um dos desdobramentos sociais e inevitáveis de executar uma intensa política de imigração europeia em um país marcado pela escravidão africana foi a coexistência e a proximidade entre negros e brancos pobres nas cidades brasileiras.

Durante as primeiras décadas do século XX, a busca por moradia ainda era uma preocupação particularmente sensível para imigrantes, mas também para os proprietários de residências disponíveis na Colônia Africana. Para além da literatura, a proximidade entre gente com origens nacionais distintas pode ser identificada nas ocorrências policiais. Em fevereiro de 1916, o procurador do proprietário de duas casas na Rua Giordano Bruno foi à delegacia do Terceiro Distrito denunciar uma família espanhola e “outros daquelas imediações” que invadiram e inutilizaram a residência nº 15 da referida rua. Ao que parece, o procurador temia que o mesmo acontecesse com a outra casa.³⁰ Como se verá através de diferentes exemplos ao longo do presente artigo, o temor diante de possíveis invasões não era infundado. De fato, aquele proprietário e seu procurador tinham lá as suas razões para desconfiar de imigrantes e “outros”; afinal, foram identificados mais espanhóis morando nas redondezas, o que permite levantar suspeitas sobre quem poderiam ser os “outros daquelas imediações”: na Rua Giordano Bruno, nº 57A, residia Augusta Molina, 67 anos, viúva, analfabeta, branca, doméstica, natural da Espanha;³¹ naquela mesma via, nº 32-2A, era “residente com família” Antônio Martim Garcia, 73 anos, casado, jornalista, branco, espanhol;³² perto dali, na Rua São Manoel, nº 168A, residia Francisco Torres, branco, 32 anos, solteiro, natural da Espanha;³³ ainda na Colônia Africana, na Rua Vasco da Gama, nº 14, junto com a esposa Olga, residia Honório Lula, branco, baixo, cabelos e bigodes ruivos, espanhol como os outros.³⁴

A não ser que tenha sido “mera causalidade”, a concentração de indivíduos de nacionalidade espanhola nas redondezas da Rua Giordano Bruno (ainda que com baixa incidência) talvez permita desconfiar que neste caso a nacionalidade tenha sido um nexos importante na formação de solidariedades e conseqüentemente um fator de aglutinação entre compatriotas. No caso de outros

²⁹ Sobre memórias, experiências e trajetórias de imigrantes pelo Rio Grande do Sul, ver: ROSA, Francisco Gardner. *Um condenado inocente. Vida e peripécias do imigrante Francisco Garder Rosa desde o ano de 1874 até 1908, escrita pelo mesmo*. Porto Alegre: Sem editora, 1908; KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989; FRANCESCO, José de. *Reminiscências de um artista*. Porto Alegre: sem editora, 1961; LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1975.

³⁰ Terceiro Posto Policial, Livro de Queixas e Ocorrências, Nº1, de 01.01.1915 a 01.06.1918, p. 70.

³¹ Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 4, de 06.03.1917 a 22.04.1918, p. 65.

³² Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 1, de 01.01.1915 a 07.02.1916, p. 160.

³³ Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências, Nº 3, de 10.10.1919 a 11.12.1921, p. 43.

³⁴ Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 3, de 08.02.1916 a 04.03.1917, p. 102.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

estrangeiros igualmente provenientes da Península Ibérica, há indícios mais claros de socialização. Paulo Moreira argumentou que muitos portugueses chegavam em Porto Alegre protegidos por laços familiares ou de amizade, ou seja, como integrantes de grupos já instalados no Brasil. Portavam cartas de recomendação que os inseriam favoravelmente no mercado de trabalho local, buscando emprego e moradia em residências cujos proprietários eram igualmente lusos.³⁵ Em uma rua da Colônia Africana foi possível encontrar indícios neste mesmo sentido. Em duas “visitas” à Rua Vasco da Gama, com finalidade de realizar “averiguações”, a polícia recolheu ao xadrez 8 portugueses e 1 espanhol. Um dos lusos, Antônio Domingos, 20 anos, recebeu motivações mais claras de prisão: ele foi detido para “averiguações de grevista”.³⁶

Uma das ruas que cruzavam a Vasco da Gama era a Ramiro Barcelos, artéria situada entre o Bom Fim e a Colônia Africana. O nº 206 desta rua era habitado pelos irmãos Arnaldo e Francisco Stadler. Eles teriam comprado móveis ou tecidos de alguns caixeiros russos que realizavam vendas a prestações. Quando os comerciantes retornaram para fazer a cobrança, não houve concordância entre as partes acerca dos produtos comprados e as quantias devidas. O resultado foi uma briga, motivo pelo qual todos acabaram na polícia. Eis os nomes dos vendedores que em grupo foram àquele endereço realizar a cobrança da dívida: Leão Russowsky, Abrahão Soibelman, Miguel e Jacob Goldenberg.³⁷ Nomes, sobrenomes,³⁸ profissão e local de moradia – todos eles residiam no Bom Fim – não deixam dúvidas sobre a condição étnica dos credores: o grupo era integrado por judeus russos que desempenhavam uma profissão bastante comum naquele bairro, a de “klienteltchiques”, que significa “vendedores ambulantes”.³⁹ Para além da ocorrência policial que registrou este conflito, há relatos de judeus que moravam na região da Colônia Africana, evidenciando o quanto é artificial estabelecer fronteiras entre o bairro “dos negros” e o “dos judeus”.⁴⁰

Por um lado, é certo que muitas “aglutinações” no Terceiro Distrito se formaram tendo por critério a nacionalidade dos imigrantes; por outro lado, e ao mesmo tempo, os cortiços e casas de cômodo eram espaços nos quais gente de diferentes origens acabava compartilhando a mesma

³⁵ MOREIRA, Paulo. Op. Cit., p. 94.

³⁶ Terceiro Posto Policial, Livro de Prisões e Detenções, Nº 3, de 01.01.1916 a 11.05.1916, p. 95-97.

³⁷ Terceiro Distrito, Registro de Averiguações, 1913-1914. Códice 49. Fundo Polícia. Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul. p. 48.

³⁸ Os sobrenomes dos comerciantes constam em uma longa lista de famílias judaicas que se fixaram no Rio Grande do Sul. Ver: NICOLAIEWSKY, Eva. *Israelitas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1975. pp. 87-108.

³⁹ Sobre os “klienteltchiques” e o comércio judaico no Bom Fim, ver: EIZIRIK, Moysés. *Imigrantes judeus. Relatos, crônicas e perfis*. Op. Cit.

⁴⁰ Para os relatos de judeus que moravam entre o Bom Fim e a Colônia Africana, ver: Idem. *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Op. Cit.



moradia. O nº 25 da Rua Vasco da Gama era um destes espaços, nos quais as diferentes peças da casa, como sala e quartos, eram alugados para o pernoite de indivíduos solitários ou para a moradia de famílias. A proximidade entre desconhecidos, a falta de privacidade, a rotatividade de moradores e a convivência forçada constituem os ingredientes geradores de um conflito no local. A proprietária daquele cortiço, Almerinda Teixeira, foi à polícia prestar queixa contra “o galego Antônio Jorge” e sua amásia, a “polaca Helena”, que haviam alugado metade da sala, com a condição de desocuparem o cômodo assim que vagasse um quarto. Quando a vaga surgiu, o casal recusou-se a desocupar a sala, alegando que o quarto custava muito caro. Para agravar o desentendimento, sumiram algumas roupas dos dois inquilinos, além do cachorro que com eles vivia na mesma sala repartida. Para se ter uma idéia da falta de privacidade dos aposentos ocupados pelo “galego”, pela “polaca” (e pelo cão), as palavras da proprietária são significativas: “uma cômoda e um armário pequeno [serviam] de parede, [podendo-se] passar de um lado para o outro com a máxima facilidade”, disse ela aos policiais, dando a entender que qualquer morador do lugar poderia ter roubado as roupas e dado sumiço ao cachorro.⁴¹

Como se pode perceber, havia diversidade social na Colônia Africana e nos bairros sobre os quais ela se estendia e se confundia. No século XIX, como se viu, foi possível identificar sujeitos classificados como africanos morando na região e, ao mesmo tempo, gente oriunda de diferentes países, como Portugal, Itália e até mesmo Uruguai. A mesma variedade pode ser encontrada nas primeiras décadas do século XX, havendo até russos. A utilização de expressões como “colônia”, “comunidade” ou mesmo “território” para definir âmbitos geográficos de análise são problemáticas (como todas as outras expressões que possuem tal finalidade); elas parecem produzir a imagem de “quistos étnicos” bem definidos cravados em certos pontos de Porto Alegre, quando na verdade tais espaços eram permeáveis, fluídos, de difícil delimitação; além disso, aquelas expressões carregam certa tendência homogeneizante e, por isso mesmo, parecem não dar conta da variedade étnico-racial e da complexidade das relações estabelecidas entre os moradores, ainda que todos pudessem ser classificados como integrantes das classes subalternas da cidade. Neste sentido, ao analisar a construção de identidades operárias em Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX, Isabel Bilhão chamou atenção para as distinções estabelecidas entre proletários *dentro* das camadas mais baixas da população e que eram aspectos importantes na construção de suas identidades.⁴² Por diferentes ruas do Terceiro Distrito e da Colônia Africana, ao mesmo tempo em que se podia

⁴¹ Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências, Nº 3, de 10.10.1919 a 11.12.1921, p. 148.

⁴² BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho. Uma história do Operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: Eduel, 2008. p. 03-04.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

perceber certas “aglutinações” entre compatriotas, sugerindo haver laços de solidariedade entre eles, havia também outras formas de interações bem mais desarmônicas.

Em 18 de março de 1915, um fiscal da Diretoria de Higiene Pública solicitou por escrito ao Posto Policial do Terceiro Distrito imediatas providências sobre os moradores do prédio nº 88 da Rua Esperança, que o referido fiscal não hesitou em classificar como “vagabundos”, “gatunos”, “desordeiros” e “jogadores”. O zeloso defensor da higiene urbana recomendou aos policiais daquela delegacia, responsáveis por vigiar a Colônia Africana, que os indesejáveis da Rua Esperança fossem “obrigados a desocuparem o referido prédio”, ressaltando que ele ainda não estava “lotado”.⁴³ Ao que parece, os policiais fizeram ouvidos de mercador diante da solicitação de desocupação; afinal, no mês seguinte, os moradores do 88 continuavam no mesmo lugar, momento em que já não era apenas a Diretoria de Higiene que reivindicava a remoção. Inquietos e descontentes vizinhos também passaram a fazer a sua parte.

Luiza Porto, residente à Rua Esperança, nº 86, resolveu ir à polícia prestar queixa. Ela alegou que os moradores do nº 88 promoviam “badernas”, pronunciavam “palavras obscenas” e “perturbavam o silêncio” da vizinhança, o que em sua opinião justificava a denúncia e demandava intervenção policial. No alto da página do registro de queixa, a indicar uma possível solução dada ao caso, consta a expressão “providenciado”, certamente escrita por um policial.⁴⁴ Entretanto, os vigilantes da ordem parecem ter tomado “providências” não muito eficazes, pois alguns dias depois de Luiza queixar-se ao delegado, os descontentes que então já se multiplicavam pelos arredores se mostraram solidarizados e unidos em oposição aos “perturbadores”, que permaneciam no mesmo local.

Um grupo de vizinhos indignados enviou à delegacia do Terceiro Distrito uma carta em que manifestavam toda a sua repulsa em relação aos moradores mal quistos, ressaltando que àquela altura dos acontecimentos o prazo para a transferência, provavelmente dado pela Diretoria de Higiene, já havia sido ultrapassado:

“Nós, abaixo assinados, moradores à Rua Esperança, em vista do procedimento incorreto dos moradores da casa nº 88, sita à Rua Esperança, os crioulos Bento e Maria Antônia, que diariamente nos insultam com palavras obscenas e gestos indecorosos, dando assim um exemplo de depravação moral aos vizinhos, e como já não podemos tolerar as provocações constantes desses mesmos indivíduos indignos de conviverem em sociedade civilizada, apelamos para V^a. Ex^a. a fim de afastá-los desta zona. Outrossim, cientificamos a V^a. Ex^a. que o prazo fixado para desocuparem a dita casa expirou a 20 do corrente mês. Confiados no sentimento de justiça de V^a. Ex^a., esperamos que levereis em consideração o insistente pedido que ora vos fazemos”.⁴⁵

⁴³ Terceiro Posto Policial. Livro de Queixas e Ocorrências, Nº 1. De 01.01.1915 a 01.06.1918, p. 10.

⁴⁴ Terceiro Posto Policial. Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 1. De 01.01.1915 a 07.02.1916, p. 64.

⁴⁵ Terceiro Posto Policial. Livro de Queixas e Ocorrências, Nº 1. De 01.01.1915 a 01.06.1918, p. 15.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Os “crioulos” Bento e Maria Antônia muito provavelmente ou pagavam aluguel ou nada pagavam para morar ali, pois não eram proprietários do local; o nº 88 pertencia à Companhia Territorial Rio-Grandense⁴⁶, o que provavelmente, do ponto de vista dos poderes públicos, era mais um argumento disponível para justificar o pedido de expulsão. Já na visão dos policiais e dos que habitavam aquela rua e suas adjacências, também poderia legitimar a remoção o fato de que junto com Bento e Maria Antônia também residia um tal Juvenal de Freitas, indivíduo que, por aqueles dias, produziu um talho no peito de um vizinho da Rua Castro Alves.⁴⁷ Ainda que não haja indícios de que esta briga tenha sido uma reação ao pedido de remoção, com certeza era mais um ingrediente a intensificar a tensão daqueles acontecimentos.

No rodapé da carta, a lista dos signatários foi encabeçada por Domingos D’andrea, seguido por Arcângelo Morozini, Homero Pereira, Luiz F. Wild, João Marques e Luiz Reginato; todos eram moradores das redondezas. Só foi possível encontrar informações a respeito de um deles: Morosini era proprietário dos números 99, 101 e 103 da Rua Esperança, em 1914.⁴⁸ Dois anos depois, além da numeração já referida, ele aparece como dono também do nº 107, onde havia “4 casinhas”, conforme registro de imposto predial.⁴⁹ Certamente, Morosini alugava suas posses na Colônia Africana, o que faz dele um provável interessado em expulsar das redondezas gente que não pagava aluguel. Os outros envolvidos, apesar de se declararem “moradores da Rua Esperança”, não tinham seus nomes registrados nas coletas de tributos. A partir disto, diferentes hipóteses podem ser sugeridas. Devido à ausência da maioria daqueles nomes nos registros de impostos, é possível que a maioria dos signatários da carta não fossem proprietários, mas pertencessem a famílias cujos membros tinham posses naquela rua; por outro lado, poderiam ser inquilinos de alguém, o que os colocava em situação semelhante à dos “crioulos” que desejavam expulsar. O nome da incomodada Luiza Porto, por exemplo, também não constava nos registros de impostos; ela provavelmente pagava aluguel, pois seu local de residência pertencia a Raphael Falchi.⁵⁰ No que dizia respeito à moradia, descontentes e indesejados pareciam não ser muito diferentes.

Toda essa inquietação, que se alongou por mais de um mês e mobilizou a higiene pública, moradores indignados e policiais um tanto ineficientes em cumprir sua função, não obteve resultados vãos. Em 24 de abril de 1915, no cantinho inferior direito da carta redigida pelos

⁴⁶ Registro de Imposto Predial Urbano, Nº 134, Ano 1916, p. 21.

⁴⁷ Terceiro Posto Policial. Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 1. De 01.01.1915 a 07.02.1916, p. 54.

⁴⁸ Registro de Imposto Predial Urbano, Nº 118, Ano 1914, p. 22.

⁴⁹ Registro de Imposto Predial Urbano, Nº 134, Ano 1916, p. 20.

⁵⁰ Registro de Imposto Predial Urbano, Nº 118, Ano 1914, p. 24 e Nº 134, Ano 1916, p. 21.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

vizinhos descontentes, um agente do Terceiro Posto realizou a seguinte anotação: “Providenciado, os moradores da referida casa mudaram-se”.⁵¹

Se é que o desfecho da cruzada para remover os “maus moradores” do nº 88 gerou alguma sensação de “vitória” entre os vizinhos, tal sentimento foi apenas temporário. É válido lembrar que o alerta feito pelo fiscal da higiene ao policiais, chamando atenção para o fato de que o prédio ainda não estava “lotado” em 1915, indica a preocupação com possíveis novos ocupantes do lugar. Dito e feito; cerca de dois anos depois, o nº 88 da Rua Esperança estava novamente habitado, o que sugere brechas na vigilância do local e, ao mesmo tempo, que havia certa procura e rotatividade de moradores na região. O novo residente chamava-se Alcides Marcolino. Junto com outro morador das redondezas, ele roubou dois cavalos do pátio de um vizinho.⁵² Mais uma vez, o nº 88 serviu como local de moradia para “desordeiros”. Entretanto, mesmo antes desse desfecho pouco favorável a moradores incomodados, havia ocorrido um outro momento de tensão na vizinhança.

Em 14 de outubro de 1916, um novo grupo de descontentes, em uma outra solicitação por escrito, cuja lista de assinantes foi novamente encabeçada por Domingos D’andrea, solicitou a remoção de outros moradores da Rua Esperança. Desta vez, os alvos da denúncia não foram os vizinhos do nº 88, mas de uma numeração muito próxima àquela. Em uma carta destinada ao delegado do Terceiro Distrito, os moradores descontentes realizaram o que julgavam ser um “justo pedido”: exigiram que os residentes na casa nº 84 fossem intimados a “mudarem-se” do local. O “pedido” estava legitimado pelos maus comportamentos daquela gente, por serem “maus moradores”, por “maltratarem constantemente a vizinhança” que por causa deles vivia “sem sossego”. Além dos já referidos Domingos D’andrea e Arcângelo Morozini, envolvidos na expulsão ocorrida no ano anterior, assinaram a epístola mais 4 vizinhos.⁵³ Desses 4 nomes apenas um encontra-se no registro de impostos.⁵⁴ É possível, então, que os outros envolvidos pagassem aluguel, sugerindo mais uma vez que, no que dizia respeito à moradia, os dois lados em conflito poderiam ser integrados por gente em situações parecidas.

Das pessoas que habitavam o nº 84, motivo de incômodo e descontentamento pelos arredores, pelo menos uma foi identificada: Martiniana dos Santos, brasileira, 21 anos de idade, solteira, “nariz grande”, “lábios grossos”, preta, detida por cometer “desordens” em outubro de

⁵¹ Terceiro Posto Policial. Livro de Queixas e Ocorrências, Nº 1. De 01.01.1915 a 01.06.1918, p. 15.

⁵² Terceiro Distrito Policial. Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 3. De 08.02.1916 a 04.03.1917, p. 192.

⁵³ Eis os nomes dos signatários: Olímpia da Silva, Arlindo da Silva, Pinheiro José Gomes e Maria dos Santos. Terceiro Posto Policial. Livro de Queixas e Ocorrências, Nº 1. De 01.01.1915 a 01.06.1918, p. 54.

⁵⁴ Maria dos Santos era proprietária na Rua Esperança. Registro de Imposto Predial Urbano, Nº 118, Ano 1914, p. 21.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

1916.⁵⁵ Assim como a maioria dos envolvidos no caso do nº 88, a preta Martiniana parece ser mais uma inquilina: o nº 84 da Rua Esperança, onde ela morava, era propriedade de Alexandre Puschaleschi.⁵⁶

Ainda que haja uma série de lacunas dificultando a interpretação desses dois casos de beligerância entre vizinhos, ocorridos durante os anos de 1915 e 1916, eles são exemplares para identificar as linhas de conflito cotidiano que tensionavam a Colônia Africana por dentro. Não foram registradas nos autos as motivações particulares que levavam os habitantes dos números 84 e 88 a agir contra os vizinhos e nem, afinal, o que acontecia de tão grave nesses dois endereços, capaz de tirar o sossego da vizinhança. Não foi possível encontrar informações sobre a maioria dos envolvidos nos dois lados da contenda, nem traçar um perfil étnico-racial ou profissional dos moradores insatisfeitos. Ainda assim, é possível sugerir algumas hipóteses e apontar algumas certezas.

Os sobrenomes de alguns envolvidos, como Morozini, D'andrea, Wild e Reginato, assim como os de alguns proprietários, como Falchi e Puschaleschi, podem sugerir uma provável ascendência européia, além da pele clara. Tais indícios servem mais para evidenciar a presença imigrante e branca na região e menos para sugerir um conflito oposto, de um lado, os brasileiros e, de outro, os imigrantes e seus descendentes. Entretanto, é certo que nos dois episódios de conflito, os clamores de indignação tomaram por alvo gente classificada como “preta” e “desordeira”, indicando que o estabelecimento de um nexos entre a cor e comportamentos indesejáveis foi um procedimento utilizado por moradores e autoridades com o objetivo bastante específico de remover moradores.

Todos esses acontecimentos não constituíam episódios isolados. É possível também identificar indignados proprietários fora da Colônia Africana, mas ainda no Terceiro Distrito, recorrendo à polícia para explicitar seu ponto de vista e justificar certas atitudes:

“Nos fundos de uma casa minha [...] tenho 2 casebres ocupados por umas pretas há mais de um ano. Além de não me pagarem um só mês de aluguel, fazem uma desordem infernal à noite, incomodando toda a vizinhança. Em vista disto, resolvi desmanchar esses casebres, há mais de 2 meses e para isso avisei tais moradoras, que até hoje não deixaram os casebres; por isso peço o seu auxílio moral, mandando um agente seu para mandar essas pretas desocuparem os casebres”.⁵⁷

Apesar dessas informações terem sido fornecidas por apenas um dos lados envolvidos, tal episódio parece ilustrar um caso de resistência por parte das duas mulheres que ocupavam dois

⁵⁵ Terceiro Posto Policial. Livro de Queixas e Ocorrências, Nº 2. De 15.03.1916 a 03.11.1916, p. 89.

⁵⁶ Registro de Imposto Predial Urbano, Nº 118, Ano 1914, p. 24.

⁵⁷ Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências, Nº 3, de 10.10.1919 a 11.12.1921, p. 47.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

“casebres” sem a autorização do dono; por iniciativa do proprietário, a solicitação de expulsão foi legitimada pela acusação de que as duas ocupantes clandestinas, sempre identificadas pela cor da pele, realizavam “desordens” capazes de perturbar a vizinhança. O caso parece diferenciar-se dos acontecimento da Rua Esperança justamente por ter deixado indícios acerca da resistência das “pretas” em abandonar seus locais de moradia. Voltando à Colônia Africana, é possível vislumbrar ainda um outro caso, que também apresenta lá o seu aspecto de resistência.

Em janeiro de 1915, Justino de Lima, preto, profissão não declarada, morador da Rua Esperança, nº 151, foi ao posto policial queixar-se do proprietário da casa em que residia. Justino estava com aluguéis atrasados, mas alegou ter negociado a dívida com o procurador do proprietário, que teria aceitado “esperar mais um mês”. Ainda assim, o senhorio indignado foi ao local e insultou a família de Justino, chamando-os de “tropa de negros sem vergonha”.⁵⁸ Este episódio também difere dos outros casos da Rua Esperança em vários aspectos. Não se tratava de vizinhos indignados solicitando aos policiais a remoção de pretos indesejáveis. Tratava-se justamente do contrário: um homem de pele escura, devedor de aluguéis, recorreu às autoridades competentes para queixar-se do que ele julgava ser um abuso de poder do proprietário da casa em que residia com sua família.

Não ter a posse da própria residência era um fator que com certeza facilitava aos proprietários, aos vizinhos e, nos casos da Rua Esperança números 84 e 88, também à polícia e à Diretoria de Higiene reunir argumentos para amparar a expulsão dos indesejáveis. Analisados em conjunto, apesar dos diferentes envolvidos apresentarem motivações distintas, os episódios indicam convergência entre, de um lado, a reivindicação de alguns moradores da Colônia Africana e, de outro, a profilaxia social levada a cabo pela Diretoria de Higiene Pública e pelos policiais. Como bem sugeriu Eduardo Kersting, os moradores negros da Colônia Africana foram “removidos” da região pela ação dos poderes públicos e da especulação imobiliária.⁵⁹ Entretanto, ao que parece, um ingrediente a mais nesse conhecido (mas ainda pouco estudado) processo de “limpeza” foi a própria ação de alguns moradores da Colônia Africana, cujas atitudes podem ter convergido com as da polícia e da Diretoria de Higiene, tanto na aversão aos incômodos quanto na forma de caracterizá-los.

Como apontam diferentes estudos, uma longa série de péssimos predicados, como “falhas de caráter”, “indolência”, “preguiça”, “sujeira” e até mesmo “bagunça”, atribuídos por viajantes, cronistas, memorialistas e jornalistas, eram formas de desclassificação e depreciação que, desde o

⁵⁸ Terceiro Posto Policial, Livro de Ocorrências Auxiliar, Nº 1, de 01.01.1915 a 07.02.1916, p. 04.

⁵⁹ Ver: KERSTING, Eduardo. Op. Cit.



século XIX, alvejavam especialmente a população negra da cidade. Muitas dessas representações, especialmente as que caracterizavam criminalidade, tentavam fazer crer que os locais de moradia dos negros eram um “antro de bandidos”.⁶⁰ Seria possível fazer a lista dos adjetivos depreciativos e formas de desqualificação que, ao mesmo tempo, funcionaram como argumentos para reivindicar a expulsão dos mal quistos moradores da Rua Esperança. Do ponto de vista do fiscal da Diretoria de Higiene, “vagabundos”, “gatunos”, “desordeiros” e “jogadores”; na visão de alguns vizinhos, palavras “obscenas”, atitudes “incorretas” e “indecorosas” faziam dos “crioulos” do nº 88 pessoas “incivilizadas”; suas “badernas” eram capazes de “perturbar o silêncio”. Nesse caso, entretanto, as desqualificações atribuídas a gente de pele escura não partiram de cronistas, jornalistas ou outros intelectuais; muito menos foram emitidas exclusivamente pelos poderes públicos: elas partiram também de alguns habitantes da Colônia Africana, de pessoas que moravam muito próximas e em certos casos compartilhavam a experiência de residir em propriedades das quais não eram donas, muito provavelmente tendo que pagar aluguel para morar naquela região miserável da cidade. Todos eles tinham de se tolerar, mas nem sempre conseguiam.

Bibliografia

- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- AZAMBUJA, Graciano. *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1885*. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia. Livreiros, 1884.
- AZAMBUJA, Graciano. *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1888*. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia. Livreiros, 1887.
- AZAMBUJA, Graciano. *Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1889*. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia. Livreiros, 1888.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho. Uma história do Operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: Eduel, 2008.
- BITTENCOURT Jr., Iosvaldir Carvalho. *Relógios da Noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1995.
- BUSATTA, Félix Fortunato; MATTIELLO, Cyrillo. *Um pioneiro em novas colônias italianas: imigrante Mateus Dal Pozzo*. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

⁶⁰ MATOS, Jane. Op. Cit., p. 19, p. 32; KERSTING, Eduardo. Op. Cit., p. 15, p. 18.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

- EIZIRIK, Moysés. *Imigrantes judeus. Relatos, crônicas e perfis*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana; Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1986.
- FRANCESCO, José de. *Reminiscências de um artista*. Porto Alegre: sem editora, 1961.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 102; p. 114; p. 344-345.
- GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- GUTFREIND, Ieda. “O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, XVI (1,2), jul. e dez., 1990, pp. 178-187.
- KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 1998.
- KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.
- LARA, Silva Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. *Projeto História*, São Paulo, (16), fevereiro, 1998.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1975.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2000.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal. O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2000.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt Moreira. *Entre o deboche e a rapina. Os cenários sociais da criminalidade em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.
- NICOLAIEWSKY, Eva. *Israelitas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1975.
- OLIVEN, Ruben. “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp. 13-32.
- PICCOLO, Helga. “A imigração estrangeira na visão de um republicano na década de 70 do século XIX”. In: *Anais da XXII Reunião da SBPH*. Curitiba: SBPH, 2003.
- PICCOLO, Helga. “Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX”. In: *Anais da VIII Reunião da SBPH*. São Paulo: SBPH, 1989. pp. 53-62.
- ROSA, Francisco Gardner. *Um condenado inocente. Vida e peripécias do imigrante Francisco Garder Rosa desde o ano de 1874 até 1908, escrita pelo mesmo*. Porto Alegre: Sem editora, 1908.
- SANHUDO, Ary Veiga. *Crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 113-114.
- SCLIAR, Moacyr. *A Guerra no Bom Fim*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- SILVA, Josiane Abrunhosa da. *Bambas da Orgia: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1993.